



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

RESOLUÇÃO Nº 9/2025

Altera a [Resolução nº 40, de 4 de dezembro de 1996](#), a qual versa sobre o Regimento Interno do Tribunal de Justiça da Paraíba, a fim de estabelecer os procedimentos para sustentações orais em julgamentos presenciais ou por videoconferência.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, e

CONSIDERANDO a necessidade de aprimorar a condução e a organização das pautas de julgamento do Tribunal de Justiça da Paraíba, garantindo maior previsibilidade e eficiência na realização das sessões;

CONSIDERANDO que a inscrição prévia para sustentações orais contribui para o planejamento dos trabalhos, permitindo a melhor distribuição do tempo destinado às manifestações das partes e otimizando a prestação jurisdicional;

CONSIDERANDO que a exigência de inscrição prévia já é adotada em diversas Cortes do país, inclusive para julgamentos presenciais, como forma de assegurar maior transparência, celeridade e organização processual;

CONSIDERANDO o dever do Tribunal de Justiça da Paraíba de assegurar ampla defesa e contraditório, compatibilizando tais garantias constitucionais com a necessidade de racionalização e bom andamento dos trabalhos jurisdicionais;

CONSIDERANDO que a presente Resolução foi referendada na Sessão, pelo Órgão Especial, em 02 de julho de 2025; conforme processo Sei nº 003872-72.2025.8.15;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam acrescidos os [§§ 4º e 5º ao art. 177-B do Regimento Interno](#) do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, com as seguintes redações:

Art. 177-B

§ 4º A necessidade de inscrição prévia prevista no inciso I do caput deste artigo se estende aos julgamentos presenciais, devendo ser observado o mesmo prazo e procedimento ali estabelecidos.

§ 5º Ressalvadas as preferências legais, as sustentações orais respeitarão a ordem cronológica de inscrições realizadas na forma do inciso I do caput deste artigo.

Art. 2º O [§ 2º do art. 185 do Regimento Interno](#) do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 185

.....

2º O procurador que desejar proferir sustentação oral deverá realizar a inscrição prévia prevista no [inciso I do art. 177- B deste Regimento Interno](#) e, por ocasião da sessão de julgamento, as sustentações orais serão chamadas rigorosamente conforme a ordem cronológica das inscrições, ressalvadas as preferências legais.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, não se aplicando, contudo, aos processos já pautados.

Sala das Sessões do Órgão Especial, em 02 de julho de 2025.

**Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho -
Presidente.**

Este texto não substitui o publicado no DJe em 16 de julho de 2025.